

Elekeiroz S.A.

**Demonstrações contábeis
de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil e com o IFRS em
31 de dezembro de 2020**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. As Demonstrações Financeiras, junto com o parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, encontram-se disponíveis na sede da Companhia. Colocamo-nos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Várzea Paulista, 23 de março de 2021.

ELEKEIROZ S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Elekeiroz S.A.
Várzea Paulista - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Elekeiroz S.A. ("Companhia")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Elekeiroz S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ajuste ao valor recuperável de ativos não financeiros

A avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados no montante de R\$ 117.467 mil e dos ativos intangíveis no montante de R\$ 1.329 mil envolve julgamentos complexos, subjetivos e pressupostos sobre os resultados futuros para determinar o valor em uso das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") da Companhia. Os julgamentos e pressupostos essenciais feitos pela Administração para determinar o valor em uso das UGCs incluem, entre outros, a taxa de desconto e as projeções de receitas e custos, com a metodologia dos fluxos de caixa descontados por UGC.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia revisou o valor recuperável dos ativos acima referidos, e como resultado, não foi identificada a necessidade de complemento ou redução do ajuste ao valor recuperável dos ativos relacionados às UGCs.

Detalhes sobre a política contábil referente ao teste para redução ao valor recuperável dos ativos estão descritos nas Notas Explicativas nºs “2.13 - *Impairment* de ativos não financeiros”, “15 – Imobilizado” e “16 – Intangível” às demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos testes foram aplicados nos valores contábeis dos ativos imobilizado e intangível de todas as UGCs da Companhia, que totalizam R\$ 118.796 mil, após ajustes de *impairment* efetuados em anos anteriores, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível e os procedimentos e testes adotados pela Administração para determinação do valor em uso das UGCs.

Testamos a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia, bem como comparamos as projeções com as expectativas dos mercados e setores em que as UGCs da Companhia atuam. Adicionalmente, comparamos as projeções utilizadas nos testes realizados nos anos anteriores com os resultados efetivos.

Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela Administração (taxa de desconto, projeção de crescimento das vendas e margem de contribuição) com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requereriam necessidade de contabilização de *impairment* significativamente diferente do considerado e divulgado pela Administração. Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem.

Avaliamos a sua adequada divulgação dos ativos não financeiros nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.

Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos

A avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a realização do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos no montante de R\$ 18.345 mil, envolve julgamentos complexos, subjetivos e pressupostos sobre os resultados futuros para determinar as bases tributárias futuras, as quais não ultrapassam dez anos. As projeções incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, volume e preço de venda e alíquotas de tributos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como resultado das projeções realizadas pela Administração da Companhia, não foi identificada a necessidade de provisão adicional sobre o valor recuperável do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido.

Detalhes sobre a política contábil relativa ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos estão descritos nas Notas Explicativas nºs “2.17 - Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido” e “11 – Tributos diferidos” às demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com o registro do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos, os procedimentos e as projeções futuras elaboradas pela Administração para determinação das bases tributárias futuras.

Testamos a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia, bem como comparamos as projeções com as expectativas dos mercados e setores em que Companhia atua. Adicionalmente, comparamos as projeções que suportaram o registro do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos nos anos anteriores com os resultados efetivos.

Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das premissas utilizadas pela Administração, com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requereriam necessidade de contabilização de provisão para perdas sobre os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo.

Avaliamos a sua adequada divulgação dos valores de ativos diferidos nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A administração, representada pelos diretores executivos é responsável pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3



Balanço patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019		Nota	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	159.521	43.687	Fornecedores	17	89.667	48.510
Contas a receber de clientes	8	149.609	85.943	Empréstimos e financiamentos	18	90.659	59.485
Estoques	9	112.348	126.965	Obrigações com pessoal	17	9.098	9.848
Outros ativos	12	18.163	12.130	Outros passivos	17	5.422	9.590
Tributos a recuperar	10	2.399	21.805	Tributos a recolher	19	20.288	4.497
Despesas antecipadas		4.154	2.103	Dividendos a pagar	29	10.979	11.622
				Participações de funcionários e administradores		14.521	7.767
Total do ativo circulante		446.194	292.633	Total do passivo circulante		240.634	151.319
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Realizável a Longo Prazo:				Empréstimos e financiamentos			
Tributos a recuperar	10	45.589	45.285	Provisão para contingências	20	16.200	16.553
Tributos diferidos	11	18.345	18.345	Outros passivos	17	15.407	15.407
Outros ativos	12	23.116	21.260	Total do passivo não circulante		133.963	131.755
				Total do passivo		374.597	283.074
Propriedades para investimentos	14	568	2.017	Patrimônio líquido			
Investimentos	13	17.129	18.444	Capital social	21(a)	103.057	103.057
				Ações em tesouraria	21(c)	(14.890)	-
Imobilizado	15	117.467	116.350	Reserva de capital	21(d)	8.326	8.326
Intangível	16	1.329	1.867	Reserva de lucros	21(e)	198.647	121.744
Total do ativo não circulante		223.543	223.568	Total do patrimônio líquido		295.140	233.127
Total do ativo		669.737	516.201	Total do passivo e patrimônio líquido		669.737	516.201



Demonstração do resultado e do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Demonstração do resultado	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida		1.046.695	1.006.440
Custos dos produtos vendidos	22	(862.816)	(884.395)
	23		
Lucro bruto		183.879	122.045
Despesas com vendas	23	(43.882)	(43.176)
Despesas gerais e administrativas	23	(59.032)	(58.656)
Outras receitas (despesas) líquidas	24	26.076	34.095
Lucro operacional		107.041	54.308
Receitas financeiras	25	36.001	38.973
Despesas financeiras	25	(38.745)	(32.219)
Resultado financeiro líquido		(2.744)	6.754
Participação nos prejuízos de <i>joint venture</i>	13	(679)	(2.114)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		103.618	58.948
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	26	(13.909)	(115)
Lucro líquido do exercício		89.709	58.833
Lucro básico e diluído por ação	28	2,85	1,87

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado e do resultado abrangente**Exercício findo em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	28	89.709	58.833
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		-	-
Total do resultado abrangente do exercício	28	89.709	58.833

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Reserva de capital			Reservas de lucros			Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Incentivo Fiscal	Legal	Incentivo Fiscal	Especial	Lucros Acumulados	
Em 1º de janeiro de 2020	103.057	8.326	7.602	20.716	93.426	-	233.127
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	89.709	89.709
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	89.709	89.709
Destinação do lucro do exercício							
Reserva legal	-	-	4.220	-	-	(4.220)	-
Incentivo fiscal	-	-	-	5.317	-	(5.317)	-
Dividendos complementares	-	-	-	-	(2.032)	-	(2.032)
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(10.773)	(10.773)
Reserva especial	-	-	-	-	69.399	(69.399)	-
Ações em tesouraria	(14.891)	-	-	-	-	-	(14.891)
Total da destinação do lucro do exercício	(14.891)	-	4.220	5.317	67.367	(89.709)	(27.696)
Em 31 de dezembro de 2020	88.166	8.326	11.822	26.033	160.793	-	295.140
	Reserva de capital			Reservas de lucros			Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Incentivo Fiscal	Legal	Incentivo Fiscal	Especial	Lucros Acumulados	
Em 1º de janeiro de 2019	103.057	8.326	4.753	18.857	50.800	-	185.793
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	58.833	58.833
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	58.833	58.833
Destinação do lucro do exercício							
Reserva legal	-	-	2.849	-	-	(2.849)	-
Incentivo fiscal	-	-	-	1.859	-	(1.859)	-
Dividendos propostos pela Administração	-	-	-	-	(2.032)	-	(2.032)
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(11.499)	(11.499)
Reserva especial	-	-	-	-	44.658	(42.626)	2.032
Total da destinação do lucro do exercício	-	-	2.849	1.859	42.626	(58.833)	(11.499)
Em 31 de dezembro de 2019	103.057	8.326	7.602	20.716	93.426	-	233.127

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	103.618	58.948
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	20.084	17.603
Valor residual de imobilizado e investimentos baixados	(15.256)	238
Reversão para contas a receber de clientes, nos estoques e contingências	(1.821)	(1.518)
Participação nos prejuízos de <i>joint venture</i>	679	2.114
Despesas de juros	13.781	15.205
Perdas (ganhos) com operações com derivativos	-	3.201
Homologação crédito tributário	-	(43.631)
Amortização de patente	636	636
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(64.654)	31.889
Estoques	14.918	(23.956)
Depósitos judiciais	3.369	(761)
Demais contas a receber	9.280	(4.848)
Tributos a recuperar não circulante	(304)	(150)
Valores a receber não circulante	(3.006)	10.691
Fornecedores	41.157	(7.904)
Impostos e obrigações trabalhistas	21.794	(13)
Demais contas a pagar	(4.230)	(5.189)
Caixa gerado nas operações	140.045	52.555
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(13.909)	(115)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	126.136	52.440
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Participações societárias	2.042	(1.500)
Aquisição de imobilizado	(22.978)	(23.347)
Aquisição de intangível	(137)	(1.536)
Receita de venda de ativos	19.155	153
Aplicações financeiras	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.918)	(26.230)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	86.821	15.000
Liquidação de empréstimos	(66.866)	(101.951)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e recompra de ações	(28.339)	(10.463)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(8.384)	(97.414)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	115.834	(71.204)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)	43.687	114.891
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)	159.521	43.687

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas		
Vendas de produtos	1.315.409	1.270.337
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(3.544)	(5.249)
	<u>1.311.865</u>	<u>1.265.088</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos vendidos	(1.066.065)	(1.089.679)
Materiais, energia, serviços de terceiros e despesas	(60.060)	(41.313)
	<u>(1.126.125)</u>	<u>(1.130.992)</u>
Valor adicionado bruto	<u>185.740</u>	<u>134.096</u>
Retenções		
Depreciação e amortização	(20.084)	(17.603)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>165.656</u>	<u>116.493</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Participação nos prejuízos de <i>joint venture</i>	(679)	(2.114)
Receitas financeiras	36.001	38.973
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>200.978</u></u>	<u><u>153.352</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	63.864	55.973
Benefícios	10.665	11.704
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	3.855	3.964
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	33.413	28.665
Estaduais	(14.859)	(24.417)
Municipais	1.193	1.041
Remuneração de capital de terceiros		
Aluguéis	3.710	2.652
Juros	9.428	14.937
Remuneração de capital próprio		
Dividendos e recompra de ações	28.339	13.531
Lucro retido do exercício	61.370	45.302
Valor adicionado distribuído	<u><u>200.978</u></u>	<u><u>153.352</u></u>

 **Elekeiroz**
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Informações gerais

A Elekeiroz S.A. (“Elekeiroz” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado desde 01/07/2020 que deixou de ter ações de sua emissão listadas para negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ou em qualquer outro mercado organizado.

Controlada pelo Fundo Kilimanjaro Brasil Partners I B – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (Fundo Kilimanjaro) que conta com três unidades industriais: duas em Camaçari – BA e uma em Várzea Paulista – SP, onde está sua sede. A Companhia tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive a revenda de tais produtos adquiridos de terceiros, importação e exportação, bem como a participação em outras sociedades.

Os produtos fabricados pela Elekeiroz são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

No dia 3 de março de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a ratificação da aquisição, pela Companhia, de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Nexoleum Bioderivados S.A.

Nos termos do artigo 256, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), na medida em que o preço de aquisição da Nexoleum ultrapassou uma vez e meia o maior dos três valores de que trata o inciso II do caput do referido artigo, a Companhia concedeu o direito de resgate aos acionistas que, cumulativamente: (i) tinham dissentido da deliberação da Assembleia; e (ii) faziam jus a tal direito, nos termos do artigo 137, §1º da Lei das S.A.

Entre essa data e meados de 2020, a Companhia readquiriu 784.070 ações com valor unitário de R\$ 18,99 dos acionistas minoritários, sendo 189.383 ações ordinárias e 597.687 ações preferencias, totalizando 2,49% do capital social da Companhia.

COVID-19

A pandemia do Covid-19, cujos primeiros casos foram relatados na China em dezembro de 2019, se alastrou rapidamente pelo mundo impactando fortemente os mercados globais. Na Elekeiroz, o primeiro semestre foi severamente afetado, com redução do nível de operação decorrente de redução nas vendas, levando à adoção das medidas necessárias à preservação das finanças da Companhia; o segundo semestre apresentou boa recuperação dos negócios, encerrando o ano com um bom nível de ocupação das unidades.

A Companhia não enfrentou problemas com abastecimento que pudessem impactar sua produção e o atendimento aos seus clientes.

A perspectiva de piora do cenário econômico brasileiro devido à pandemia, assim como o risco de contaminação de seu efetivo, levou a Companhia a tomar medidas de proteção ao caixa e à manutenção de produção de suas linhas em março de 2020, a Companhia captou R\$ 70 milhões para assegurar a liquidez às suas operações.

Com relação à proteção das pessoas, a Companhia reduziu o efetivo presente às suas unidades ao mínimo necessário à operação, colocando grande parte dos funcionários em home-office, intensificou a orientação das equipes com relação à higiene, alterou lay-outs e funcionamento do restaurante, entre outras medidas de proteção das pessoas.

Adicionalmente, a Companhia aplicou parte da MP 927, emitida em 22 de março de 2020, utilizando do teletrabalho, antecipação de férias de profissionais e o diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

A Companhia segue monitorando o desdobramento da situação e implementando as orientações das autoridades.

Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 23 de março de 2021.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota nº 3.

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis somente para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, assim como ela não é exigida para as companhias fechadas. Entretanto essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e que responde pela tomada de decisões estratégicas da Companhia, é a Administração da Companhia, que é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, contas a receber de clientes e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo.

Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas), líquidas" no período em que ocorrem.

O valor justo dos ativos e passivos com cotação pública é baseado nos preços de negociação na data de fechamento, se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados em (a) – Ativos mensurados ao custo amortizado. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. No caso de instrumento de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "*impairment*").

2.7. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos relacionados com a produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.8. Outros ativos circulante e não circulante

São apresentadas pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos, ajustados a valor presente quando pertinente. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado.

Depósitos judiciais referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas e estão mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

2.9. Ativos intangíveis

(a) Softwares

Inclui o direito de uso de *softwares*, capitalizados com base no custo incorrido e amortizados de acordo com sua vida útil estimada em 5 anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 5 anos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.10. Propriedades para investimentos

A Companhia possui um apartamento localizado em Canoas – RS, recebido como pagamento de cliente, o qual foi classificado como propriedade para investimento.

Na data destas demonstrações o valor contábil desse ativo não excede ao seu valor recuperável estimado com base em laudo de avaliação a valor de mercado. O saldo da propriedade para investimento está apresentado na rubrica de Propriedade para Investimentos (Nota nº 14).

2.11. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes, como reformas e inspeções periódicas necessárias à operação, são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. Para os equipamentos e instalações utilizados diretamente no processo produtivo é utilizado o método das unidades produzidas levando em consideração a vida útil econômica dos bens.

A vida útil estimada dos bens é revisada anualmente e, se necessário, ajustada. As médias estimadas dos itens do imobilizado por categoria estão demonstradas abaixo:

	Anos
Construções	25
Equipamentos e instalações	3 a 20 (em média 5) (*)
Equipamentos de processamento de dados	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Terrenos	Não depreciados

(*) A depreciação dos equipamentos e instalações industriais é variável em função dos volumes de produção, com as taxas médias entre 5% a 33,33% ao ano.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota nº 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores obtidos na alienação com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.12. Arrendamentos e direitos de uso

A Companhia realizou inventário dos contratos em andamento e refletiu o impacto financeiro desses contratos, como orienta a norma, na Nota nº 17. A Administração da Companhia julga que os efeitos não são relevantes para as demonstrações contábeis, e por não trazer benefícios aos leitores, suprimiu as notas explicativas específicas apresentando somente o impacto financeiro. Essa decisão foi tomada com base nas exceções descritas no CPC 06 (R2/ IFRS 16).

2.13. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.14. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.16. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e estão sendo compensados os prejuízos fiscais existentes. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas. A Companhia é beneficiária de redução parcial do imposto de renda sobre os resultados operacionais da sua base produtiva de Camaçari – BA no percentual de 75% até 31 de dezembro de 2025. A provisão para Imposto de Renda é constituída líquida da parcela relativa a incentivos fiscais, não havendo condições a serem cumpridas que pudessem afetar o reconhecimento deste crédito.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método passivo sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.18. Benefícios a empregados

(a) Plano de previdência privada

A Companhia oferece a todos os seus empregados um plano de previdência do tipo contribuição definida e como tal, são pagas contribuições fixas a uma Entidade separada (fundo de pensão), não tendo a Companhia nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. As contribuições são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas e cessam após o término do vínculo empregatício do funcionário com a Companhia. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes, vinculadas também ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados no início do exercício. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(c) Outros benefícios

Existe ainda a concessão de outros benefícios que envolvem seguro de vida e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

2.19. Capital social

O capital da Companhia é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal. As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.20. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

(a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas FOB, a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(c) Receita com dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido. Normalmente, esse direito de recebimento é estabelecido na aprovação do pagamento de dividendos pela parte responsável na empresa investida.

(d) Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

2.21. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício, ou em períodos menores conforme deliberado pelo Conselho de Administração, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração e por Assembleia dos Acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.22. Novas normas contábeis ainda não adotadas

Durante o exercício de 2020 foram emitidas, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), as revisões das referidas normas:

- 2.22.1. CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para relatório financeiro: Esse procedimento foi alterado para inserir e esclarecer conceitos como objetivo dos relatórios financeiros, características qualitativas das informações financeiras úteis, descrição da entidade que reporta, definições de ativo, passivo patrimônio líquido, receitas e despesas, critérios de registros de ativos e passivos nas demonstrações contábeis e orientação de quando remove-los e conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação. Essas alterações têm o objetivo de garantir a consistência das normas a todas as transações realizadas pela Companhia, fornecendo informações úteis a credores e investidores.
- 2.22.2. CPC 06 (R2) – Arrendamento: Foram inseridos parágrafos específicos com o objetivo de abordar os benefícios relacionados à COVID-19 concedidos a arrendatários em contratos de arrendamento.
- 2.22.3. CPC 15 (R1) – Combinação de negócios: Pronunciamento alterado para esclarecer a definição de “Negócio”. Também permite uma avaliação simplificada se um conjunto adquirido de atividades é um grupo de ativos e não um negócio.
- 2.22.4. CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: Ambos os procedimentos foram alterados para esclarecer a definição de “Material” e como deve ser aplicada. O Objetivo dessa norma é deixar essa definição consistente com as outras normas de contabilidade.
- 2.22.5. CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros: Pronunciamentos alterados pelo IASB em resposta a reforma em andamento das IBOR e de outras taxas de juros de referência, com impacto direto nos instrumentos financeiros derivativos contabilizados pelo método de *Hedge Accounting*.

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação.

Adicionalmente, o IASB – *International Accounting Standards* (IASB) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

Pronunciamento	Alteração
IAS 1 - Presentation of financial statements	Definições nas classificações de passivos circulantes e não circulantes
IFRS 17 – Insurance contracts	Normas aplicáveis a seguradoras.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

A Companhia registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão à compensação desses ativos são baseadas no Orçamento da Companhia, que é revisado e aprovado pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis que podem não se realizar.

(b) Provisões para contingências

A Companhia discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para contingências.

3.2. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para passivos trabalhistas e tributários, provisão para créditos de liquidação duvidosa e redução ao valor recuperável de ativos.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de dependência de insumos básicos.

A gestão de risco é realizada pela Gerência de Finanças, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Gerência de Finanças da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

A gestão de risco dos instrumentos financeiros é conduzida pela Administração e é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. A Companhia gera ativos em moeda estrangeira, oriundos de receitas de exportações e passivos em moeda estrangeira decorrentes de importações de matérias primas e equipamentos necessários às suas operações normais ou de tomadas de financiamento externo em condições que lhe sejam convenientes também. De forma a não incorrer ou mitigar ao máximo os riscos de câmbio, o que é uma de suas políticas financeiras básicas, a Companhia utiliza-se do instrumento de adiantamento de contratos de câmbio - ACC, bem como operações de derivativos financeiros, para evitar o descasamento dos ativos e

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

passivos em moeda estrangeira. A exposição líquida e a análise de sensibilidade às variações na taxa de câmbio estão apresentadas na Nota 4.1 (e).

(ii) Operações com derivativos

Com a finalidade de se proteger das variações de câmbio, a Companhia pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos, como por exemplo, contratos de SWAP US\$ x CDI. Não houve contratação de derivativos em 2020 e 2019.

(iii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das mesmas. A análise de sensibilidade exigida está apresentada na Nota 4.1 (e).

(iv) Risco de preço dos produtos e insumos

A Companhia enfrenta concorrência de produtores brasileiros e internacionais e os preços para a maioria dos seus produtos são fixados com base nos mercados internacionais. O acirramento dessa concorrência, bem como os desequilíbrios entre oferta e demanda, pode obrigar a empresa a baixar preços, prejudicando os resultados.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes nacionais e estrangeiros, incluindo as contas a receber de clientes em aberto. O risco de crédito nas contas a receber é administrado por um Comitê Operacional de Crédito, composto pela Gerência de Finanças e Diretoria Comercial.

As vendas da Companhia apresentam baixa concentração, não havendo clientes representando mais de 13% do faturamento líquido.

A Companhia possui uma política de crédito que estabelece limites e prazos, dentro dos padrões de liquidez, que são determinados por diversos instrumentos de rating. Além da diversificação no mercado interno, uma parcela de produtos é destinada ao mercado externo, seguindo o mesmo procedimento de avaliação de risco.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera perdas significativas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes, além das perdas já provisionadas nestas demonstrações.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento dos fluxos de caixa. O excesso de caixa mantido é monitorado pelo departamento financeiro. A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras e em títulos e valores mobiliários, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia possui aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB e recursos em bancos no valor de R\$ 156.111 (R\$ 42.603 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 3.410 em fundos de investimentos (R\$ 1.084 em 31 de dezembro de 2019) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia na data de encerramento destas demonstrações:

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 31 de dezembro de 2020:

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	89.667	-		89.667
Financiamentos	90.659	97.356	5.000	193.015
Outros passivos	5.422	15.407	-	20.829
Total	185.748	112.763	5.000	303.511

Em 31 de dezembro de 2019:

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	48.510	-	-	48.510
Financiamentos	59.485	99.795	-	159.280
Outros passivos	9.590	15.407	-	24.997
Total	117.585	115.202	-	232.787

As projeções contidas no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o próximo ano demonstram a capacidade de geração de caixa e cumprimento das obrigações, caso sejam concretizadas.

(d) Dependência de insumos básicos

Devido à volatilidade dos preços nos mercados internacionais, o aumento do valor de insumos básicos – como propeno, ortoxileno, enxofre, gás natural, benzeno, energia elétrica, entre outros – pode influenciar a composição de custos da Companhia, afetando os seus resultados.

(e) Análises de sensibilidades adicional– risco cambial e taxa de juros

Com base nos saldos de ativos e passivos expostos ao câmbio em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou duas simulações com aumentos nas taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%, o cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações. Conforme demonstrado no quadro a seguir, considerada a baixa exposição líquida, variações cambiais dentro dos limites simulados não trariam impactos significativos aos resultados da Companhia.

RISCO DE VARIAÇÃO CAMBIAL				
Operação	Saldo 31/12/2020	Efeitos no Resultado até o Vencimento		
		Provável	Possível (+/- 25%)	Remoto (+/- 50%)
ATIVOS FINANCEIROS				
Exportações a Receber	39.999	(3.193)	Perda US\$ (10.000)	(20.000)
Total de ativos financeiros	39.999	(3.193)	(10.000)	(20.000)
PASSIVOS FINANCEIROS				
Fornecedores Exterior	3.433		Perda US\$ (858)	(1.717)
Total de passivos financeiros	3.433	-	(858)	(1.717)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	36.566	(3.193)	Perda US\$ (10.858)	(21.717)

4.2. Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, recebíveis exportações garantia ACC e SWAP. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
A - Total dos empréstimos e financiamentos (nota 18)	193.015	159.280
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(159.521)	(43.687)
C - (+/-) Passivos de arrendamento	897	1.256
D = (A - B - C) - Dívida líquida	34.391	116.849
E - Total do patrimônio líquido	295.140	233.127
F = (D + E) - Capital total	329.531	349.976
E / F = Índice de alavancagem financeira	10%	33%

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica CPC 40/ IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

4.4. Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Tais instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge account*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas), líquidas".

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2020

Instrumentos financeiros	Custo Amortizado	Ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalente de caixa	159.521	-	159.521
Contas a receber	149.609	-	149.609
Outros ativos	41.279	-	41.279
Empréstimos e financiamentos	193.015	-	193.015
Fornecedores	89.667	-	89.667
Outros passivos	20.829	-	20.829
Total	653.920	-	653.920

Em 31 de dezembro de 2019

Instrumentos financeiros	Custo Amortizado	Ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalente de caixa	43.687	-	43.687
Contas a receber	85.943	-	85.943
Outros ativos	33.390	-	33.390
Empréstimos e financiamentos	159.280	-	159.280
Fornecedores	48.510	-	48.510
Outros passivos	24.997	-	24.997
Total	395.807	-	395.807

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros relativa às contas a receber de clientes circulante e não circulante, é avaliada por metodologia interna de classificação dos clientes que considera o tempo de cadastro do cliente, e seu histórico de pagamentos, resultando na classificação dos ativos financeiros em quatro categorias:

Rating	Tempo de Cadastro	Histórico de Pagamentos
A	Acima de 5 anos	Pontual
B	Acima de 3 anos	Até 1 dia de atraso médio
C	Igual ou menor de 3 anos	Acima de 1 dia de atraso médio
D	-	Inadimplentes

Rating	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
A	65,3%	42,9%
B	1,6%	16,1%
C	15,3%	16,7%
D	17,8%	24,3%

Os depósitos em bancos e aplicações financeiras no montante de R\$ 159.521 (R\$ 43.687 em 31 de dezembro de 2019) estão classificados como baixo risco para curto prazo.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

7. Caixa e equivalentes de caixa.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Recursos em bancos e em caixa	184	63
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	155.926	42.758
Aplicações financeiras de curto prazo – Fundos de investimento	3.411	866
Total	159.521	43.687

As aplicações de curto são representadas por Certificado de Depósito Bancários – CDB pós-fixados, junto a instituições financeiras de primeira linha, com rendimento atrelado à taxa CDI. A taxa média das aplicações em 31 de dezembro de 2020 é de 102,93% do CDI (em 31 de dezembro de 2019 – 89,45% do CDI).

8. Contas a receber de clientes

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Cientes no País	115.298	80.699
Cientes no exterior	39.999	11.920
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(5.688)	(6.676)
Total circulante	149.609	85.943
Cientes no País	23.764	23.943
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(23.764)	(23.943)
Total contas a receber	149.609	85.943

Os recebíveis de clientes estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

A Companhia revisa trimestralmente sua carteira de recebíveis avaliando as expectativas de realização dos créditos. Esta avaliação considera principalmente: (i) alteração em dados cadastrais, (ii) informações econômico-financeiras, (iii) histórico de compras e pagamentos, (iv) informações restritivas no mercado, (v) consultas a sistemas externos de informação e (vi) garantias.

Para os clientes que iniciam processos de recuperação judicial são constituídas imediatamente provisões que variam de 20% a 100% dos créditos a receber. Este provisionamento considera análise caso a caso, sendo revisado à medida que a situação do cliente evolui, com apresentação dos planos de recuperação e suas respectivas condições, aprovação ou não do plano na assembleia de credores, julgamento quanto à possibilidade ou não do cliente efetivamente conseguir cumprir o plano, etc.

Os valores justos das contas a receber se aproximam dos seus valores contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e nestes períodos nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 13% das receitas totais.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros: A Companhia elaborou uma metodologia para reconhecer as perdas esperadas por redução ao valor recuperável. As análises são realizadas mensalmente e as perdas esperadas estão registradas como provisão para crédito de liquidação duvidosa.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
A vencer	147.701	83.869
Vencidos até 30 dias	1.285	2.418
Vencidos de 31 a 60 dias	25	24
Vencidos de 61 a 90 dias	-	1
Vencidos de 91 a 120 dias	191	23
Vencidos acima de 120 dias	29.859	30.227
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(29.452)	(30.619)
Total	149.609	85.943

Em 31 de dezembro de 2020, as contas a receber de clientes vencidos até 60 dias, no valor de R\$ 1.310 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 2.442) referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, são prorrogações e atrasos normais.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os títulos vencidos há mais de 61 dias no valor de R\$ 30.050 (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 30.251) referem-se, substancialmente, a clientes em recuperação judicial. Os recebíveis desses clientes foram provisionados integralmente.

As movimentações da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa da Companhia são as seguintes:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo Inicial	30.619	29.600
(+) Constituição provisão	3.835	5.249
(-) Realização provisão	(5.002)	(4.230)
Saldo Final	29.452	30.619
Demonstrado como:		
Circulante	5.688	6.677
Não circulante	23.764	23.942

A constituição e a baixa da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como "despesas com vendas e outras despesas operacionais".

As contas a receber de clientes da Companhia são mantidas nas seguintes moedas:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Reais	109.609	74.023
Euros	2.729	2.236
Dólares Americanos	37.271	9.684
	149.609	85.943

9. Estoques

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Produtos acabados	44.937	72.197
Matérias primas, auxiliares e embalagens	58.513	46.283
Almoxarifado geral	11.403	11.291
Provisão para perdas nos estoques (1)	(2.505)	(2.806)
Total	112.348	126.965

(1) A provisão para perdas nos estoques é constituída para aqueles produtos que se encontram obsoletos na data das demonstrações contábeis.

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R\$ 862.816 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 884.395 em 31 de dezembro de 2019).

As movimentações da provisão para perdas nos estoques da Companhia são as seguintes:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo Inicial	2.806	2.998
(+) Constituição provisão	143	3.475
(-) Realização provisão	(444)	(3.667)
Saldo Final	2.505	2.806

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

10. Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Impostos a recuperar / compensar		
Contribuição social sobre lucro	-	5.337
Imposto de renda	-	6.566
ICMS a compensar sobre aquisições de ativos	2.126	2.504
ICMS saldo credor – BA	-	1.630
Crédito fiscal relativo ao programa Reintegra	203	136
Créditos tributários federais a compensar decorrentes de processos judiciais transitado em julgado	-	4.306
Exclusão ICMS base de cálculo PIS/COFINS (*)	44.465	43.638
Outros	1.194	2.973
Total	47.988	67.090
Demonstrado como:		
Circulante	2.399	21.805
Não circulante	45.589	45.285

(*) A Companhia requisitou judicialmente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS em outubro de 2007. Com o Trânsito em Julgado, emitido em 31 de janeiro de 2019, foi permitida a apuração dos créditos desde outubro de 2002 a dezembro de 2018 somando R\$ 24.245 em créditos tributários e R\$ 20.220 em receitas financeiras oriundas de atualização monetária desses valores.

11. Tributos diferidos

Para fins de melhor apresentação e, em conformidade com o disposto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro – a Companhia está apresentando os ativos fiscais diferidos líquidos dos passivos fiscais diferidos.

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Saldo Inicial 31/12/2019	Constituição	Reversão	Saldo final 31/12/2020
Ativos de impostos diferidos				
Prejuízos fiscais e bases negativas	55.939	-	(7.994)	47.945
Provisão para devedores duvidosos	10.411	1.304	(1.701)	10.014
Provisão para contingências trabalhistas	2.868	804	(479)	3.193
Provisão para contingências fiscais	1.395	113	(476)	1.032
Impairment ativo imobilizado e intangível	33.136	-	(3.652)	29.484
Baixa ativo imobilizado fábricas desativadas	10.193	-	-	10.193
Provisões diversas	9.110	74	(705)	8.479
Ajuste a valor presente (AVP)	383	-	(238)	145
Total de ativos de impostos diferidos	123.435	2.295	(15.245)	110.485
Passivos de impostos diferidos				
Provisões diversas	8.136	2.964	-	11.100
Créditos Tributários	14.837	281	-	15.118
Total de passivos de impostos diferidos	22.973	3.245	-	26.218
Total de imposto diferido líquido	100.462	(950)	(15.245)	84.267
Resumo:				
Valor recuperável (*)	18.345	-	-	18.345
Valor dos impostos diferidos não constituídos	82.117	(950)	(15.245)	65.922
Total de imposto diferido líquido	100.462	(950)	(15.245)	84.267

Os ativos de tributos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. A Companhia não reconheceu ativos de tributos diferidos em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 65.922 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 82.117).

(*) O valor recuperável em 10 anos é de R\$ 27.500 conforme a projeção de resultados tributários.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

12. Outros ativos

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Depósitos judiciais e vinculados	5.306	8.675
Venda de ativo imobilizado (1)	30.877	21.928
Créditos com partes relacionadas	3.597	1.555
Outros ativos	1.499	1.232
Total	41.279	33.390
Demonstrado como:		
Circulante	18.163	12.130
Não circulante	23.116	21.260

(1) A Companhia alienou três imóveis de sua propriedade localizados no município de Várzea Paulista sendo: (i) em agosto de 2015 por R\$ 23.500 com prazo de recebimento em 64 parcelas corrigidas pelo IGPM + 2% a.a., foram recebidas 60 parcelas até o encerramento destas demonstrações; (ii) em abril de 2018 por R\$ 23.654 com prazo de recebimento em 36 parcelas corrigidas pelo IGPM + 3% a.a., com os vencimentos iniciando em abril de 2019, foram recebidas 16 parcelas até o encerramento destas demonstrações; (iii) em agosto de 2020 por R\$ 19.000 com prazo de recebimento em 66 parcelas corrigidas pela variação positiva do IGPM + 4% a.a., com os vencimentos iniciando em setembro de 2020, foram recebidas 4 parcelas até o encerramento destas demonstrações. Conforme orientado pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente – a Companhia calculou o ajuste a valor presente (AVP) das contas a receber descontando as parcelas pela variação do CDI e reconhecendo o AVP nas contas a receber de clientes parcelas no circulante e não circulante.

13. Investimentos

	Participações em Controladas em Conjunto			Outros Investimentos		Total Investimentos
	Nexoleum Bioderivados S.A.			Cetrel S.A.	Outros	
	Valor contábil	Mais valia dos ativos Intangível	Total	Valor contábil	Valor contábil	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	968	12.013	12.981	5.463	-	18.444
Equivalência patrimonial	(679)	-	(679)	-	-	(679)
Amortização do intangível	-	(636)	(636)	-	-	(636)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	289	11.377	11.666	5.463	-	17.129

A Companhia possui participação de 50% na Empresa Nexoleum Bioderivados S.A., *joint venture* que explora mercado de plastificantes com base renovável, por meio de produção e oferta de produtos bioderivados de origem vegetal no Brasil e em regiões relevantes como Estados Unidos e Europa.

As operações da Nexoleum em função do incêndio ocorrido no dia 19 de julho de 2019, estão sendo realizadas na Elekeiroz até o momento. No dia 23 de dezembro de 2019 a Nexoleum e a Elekeiroz firmaram acordo de exploração remunerada das patentes da Nexoleum. O licenciamento dos produtos teve início em 02 de janeiro de 2020 para 6 meses e após o prazo inicial o mesmo foi prorrogado até 31 de março de 2021. O vencimento do contrato poderá ser antecipado ou prorrogado, havendo acordo entre as partes.

Os outros investimentos não representam controladas e/ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição, e deduzidos de *impairment* quando aplicável.

14. Propriedades para investimentos

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Valor de imóvel, terreno e das instalações, líquido de depreciação	568	2.017

A Companhia vendeu, em 18 de agosto de 2020, o terreno e as instalações no município de Arujá que estavam classificados como propriedades para investimentos. O valor da venda foi de R\$ 19.000 em 66 parcelas atualizadas pela variação positiva do IGP-M mais juros de 4% a.a. O custo do ativo baixado no resultado foi de R\$ 1.448 sendo o lucro da operação de R\$ 17.552

Em setembro de 2016 a Companhia recebeu como pagamento de dívida com cliente um apartamento localizado na Cidade de Canoas – RS. O qual foi classificado como propriedade para investimento. O valor justo em 31 de dezembro de 2020 é de

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

R\$ 597 (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 597), o valor contábil do apartamento em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 568 (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 568).

15. Imobilizado

Resumo do imobilizado

	Terrenos	Construções	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. de processamento de dados	Imobilizado em curso	Impairment	Total
Saldo Inicial em 31/12/18									
Custo	4.580	54.918	572.558	5.105	3.519	4.292	42.562	-	687.534
Depreciação acumulada	-	(43.180)	(417.889)	(3.868)	(2.403)	(3.486)	-	-	(470.826)
Impairment	-	(8.835)	(132.891)	(797)	(131)	(363)	(7.501)	43.742	(106.776)
Saldo contábil líquido	4.580	2.903	21.778	440	985	443	35.061	43.742	109.932
Em 31/12/2019									
Saldo inicial	4.580	2.903	21.778	440	985	443	35.061	43.742	109.932
Aquisições	-	119	1.475	99	40	348	21.266	-	23.347
Baixas custo	-	-	(1.600)	(2)	(333)	(55)	(153)	1.103	(1.040)
Baixas deprec acumulada	-	-	324	1	283	54	-	-	662
Depreciações	-	(1.620)	(25.669)	(297)	(297)	(301)	-	12.148	(16.036)
Transferências	-	660	38.415	286	6	12	(39.894)	-	(515)
Saldo contábil líquido	4.580	2.062	34.723	527	684	501	16.280	56.993	116.350
Saldo em 31/12/2019									
Custo	4.580	55.697	609.641	5.485	3.232	4.597	16.280	-	699.512
Depreciação acumulada	-	(44.800)	(442.027)	(4.161)	(2.417)	(3.733)	-	-	(497.138)
Impairment	-	(8.835)	(132.891)	(797)	(131)	(363)	-	56.993	(86.024)
Saldo contábil líquido	4.580	2.062	34.723	527	684	501	16.280	56.993	116.350
Em 31/12/2020									
Saldo inicial	4.580	2.062	34.723	527	684	501	16.280	56.993	116.350
Aquisições	-	-	1.941	31	-	66	20.940	-	22.978
Baixas custo	-	-	(4.876)	(2)	-	(17)	(1.710)	-	(6.605)
Baixas deprec acumulada	-	-	4.137	1	-	17	-	-	4.155
Depreciações	-	(1.606)	(27.611)	(286)	(262)	(258)	-	10.660	(19.363)
Transferências	-	894	25.947	114	-	119	(19.621)	(7.501)	(48)
Saldo contábil líquido	4.580	1.350	34.261	385	422	428	15.889	60.152	117.467
Saldo em 31/12/2020									
Custo	4.580	56.591	632.653	5.628	3.232	4.765	15.889	-	723.338
Depreciação acumulada	-	(46.406)	(465.501)	(4.446)	(2.679)	(3.974)	-	-	(523.006)
Impairment	-	(8.835)	(132.891)	(797)	(131)	(363)	-	60.152	(82.865)
Saldo contábil líquido	4.580	1.350	34.261	385	422	428	15.889	60.152	117.467

O montante de R\$ 19.363 (R\$ 16.036 em 31 de dezembro de 2019) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos vendidos", R\$ 18.174 (R\$14.881 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 1.189 (R\$ 1.155 em 31 de dezembro de 2019) em "Despesas gerais e administrativas".

Impairment de ativos não financeiros

Em atendimento ao CPC 01 (R1), visando averiguar a existência de ativos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação, a Companhia realizou avaliação dos itens componentes do seu ativo imobilizado e intangível em 31.12.2016.

A Companhia constatou que as Unidades Geradoras de Caixa de Álcoois, Anidrido Maleico e Resinas de Poliéster apresentaram valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, resultando na constituição de *impairment* sobre esses ativos.

A única Unidade Geradora de Caixa de Camaçari é a planta de Álcoois/Gases, que demandou *impairment*, portanto o mesmo tratamento foi aplicado aos ativos de suas áreas de apoio e de suas áreas indiretas.

Em 2020 a Companhia refez o estudo de *Impairment* de seus ativos imobilizados e intangíveis para o período de 10 anos, utilizando premissas econômicas divulgadas pelo Banco Itaú BBA e outros para os próximos 5 anos e extrapolando as premissas para os anos seguintes, considerando as variações de suas principais matérias primas e produtos de acordo com as variações projetadas para o mercado.

Apesar do melhor desempenho apresentado pela Companhia em 2020, as projeções de longo prazo ainda confirmam o estudo de *Impairment* feito em 2016, sendo por isso mantido pela Companhia.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

16. Intangível

Resumo do intangível

	Software direito de uso	<i>Impairment</i>	Total
Saldo Inicial em 31/12/18			
Custo	10.842		10.842
Amortização acumulada	(8.921)		(8.921)
<i>Impairment</i>	(780)	245	(535)
Saldo contábil líquido	1.141	245	1.386
Em 31/12/2019			
Saldo inicial	1.141	245	1.386
Aquisições	1.536	-	1.536
Amortização	(1.671)	101	(1.570)
Transferências	515	-	515
Saldo contábil líquido	1.521	346	1.867
Saldo em 31/12/2019			
Custo	12.894	245	13.139
Amortização acumulada	(10.593)	101	(10.492)
<i>Impairment</i>	(780)	-	(780)
Saldo contábil líquido	1.521	346	1.867
Em 31/12/2020			
Saldo inicial	1.521	346	1.867
Aquisições	137	-	137
Amortização	(805)	82	(723)
Transferências	48	-	48
Saldo contábil líquido	901	428	1.329
Saldo em 31/12/2020			
Custo	13.078	-	13.078
Amortização acumulada	(11.397)	-	(11.397)
<i>Impairment</i>	(780)	428	(352)
Saldo contábil líquido	901	428	1.329

17. Fornecedores, obrigações com pessoal e outros passivos

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a pagar aos fornecedores	89.667	48.510
Obrigações com pessoal	9.098	9.848
Provisão para desmontagem (¹)	15.000	15.000
Provisões diversas	263	692
Passivo de arrendamento (²)	897	1.256
Outras contas a pagar	4.669	8.049
	119.594	83.355
Demonstrado como:		
Circulante	104.187	67.948
Não circulante	15.407	15.407

(¹) No exercício de 2016, devido à desativação das fábricas de Plásticos e Ftálico da unidade de Camaçari (BA), a Companhia constituiu provisão de R\$ 15.000 como uma estimativa para a desmontagem das linhas. Atualmente estão sendo avaliadas propostas e prazos para a execução desse trabalho;

(²) Reconhecimento do passivo de arrendamento conforme IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A Companhia optou por não divulgar nota específica devido à imaterialidade dos saldos e a baixa relevância da abertura das informações aos leitores. A decisão de suprimir as notas explicativas dos arrendamentos operacionais baseia-se nas exceções permitidas nas normas contábeis.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

18. Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos, referentes a investimentos em ampliação e modernização das instalações e capital de giro, têm as seguintes características:

Modalidade	Encargos - %	Garantias	Amortização	Término	31/12/2020		31/12/2019	
					Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
CCE - SANTANDER	CDI + 2,5 aa	Cessão fiduciária	Semestral	15/06/2023	7.894	8.801	7.319	16.085
CCB – BRASIL	CDI + 2,35 aa	Cessão fiduciária	Semestral	02/07/2023	10.865	21.664	9.692	21.666
CCB – BRASIL	CDI + 1,50 aa	Cessão fiduciária	Semestral	08/02/2025	5.000	35.204	-	-
DEBÊNTURES SIMPLES	CDI + 2,50 aa	Cessão fiduciária	Trimestral	22/06/2023	28.104	36.687	27.930	62.987
NCE – Bradesco	CDI + 1,06 aa		Final	24/07/2020	-	-	15.405	-
NCE – CCB	CDI + 2,30 aa		Final	18/03/2021	20.732	-	-	-
NCE – Bradesco	CDI + 2,02 aa		Final	24/03/2021	8.006	-	-	-
NCE – BV	CDI + 5,40 aa		Final	01/04/2021	10.058	-	-	-
(-) CUSTOS DE CONTRATAÇÃO					-	-	(861)	(943)
TOTAL					90.569	102.356	59.485	99.795

Em junho de 2018 a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples não conversíveis em ações da espécie com garantia real em série única no valor de R\$ 110.000 com vencimento em 22 de julho de 2023, remunerada pela CDI + 2,50 a.a. com amortizações trimestrais a partir de 22 de junho de 2019.

Os financiamentos classificados no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
2021	-	37.972
2022	51.428	41.115
2023	35.928	20.708
2024	10.000	-
2025	5.000	-
Total	102.356	99.795

Os valores dos financiamentos estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam dos seus valores justos.

O quadro abaixo detalha a movimentação dos empréstimos e financiamentos e a composição da dívida líquida:

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Empréstimos bancários			Passivo de arrendamento	Caixa e equivalentes	Derivativos	Recebíveis em garantia	Dívida líquida
	Circulante	Não circulante	Total da dívida					
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2019	87.797	143.228	231.025	-	(114.891)	(3.201)	(12.618)	100.315
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(101.951)	-	(101.951)	-	71.204	-	-	(30.747)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	15.900	-	15.900	-	-	3.201	12.618	31.719
Aquisição	-	15.000	15.000	1.256	-	-	-	16.256
Variações monetárias/cambiais	(694)	-	(694)	-	-	-	-	(694)
Transferências para o circulante	58.433	(58.433)	-	-	-	-	-	-
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	59.485	99.795	159.280	1.256	(43.687)	-	-	116.849
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(66.866)	-	(66.866)	(359)	(115.834)	-	-	(183.059)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	17.673	-	17.673	-	-	-	-	17.673
Aquisição/novos arrendamentos	-	86.821	86.821	-	-	-	-	86.821
Variações monetárias/cambiais	(3.893)	-	(3.893)	-	-	-	-	(3.893)
Transferências para o circulante	84.260	(84.260)	-	-	-	-	-	-
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2020	90.659	102.356	193.015	897	(159.521)	-	-	34.391

Acordo e restrições contratuais (“Covenants”)

A Companhia no curso normal de seus negócios obtém empréstimos com instituições financeiras e firma acordos comerciais com demais entidades os quais são formalizados contratualmente com suas respectivas definições de cláusulas de atendimento, restrições e/ou garantias (“covenants”). De forma geral, as restrições às quais a Companhia está sujeita tratam, sobretudo em 2020, quanto aos contratos de financiamentos e empréstimos junto aos bancos do Brasil e Santander e na emissão das debêntures.

No encerramento destas demonstrações a Companhia está cumprindo os *covenants* previstos nos contratos de empréstimos junto aos bancos do Brasil e Santander e na emissão das debêntures.

19. Tributos a recolher

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Obrigações tributárias federais	13.140	2.761
Obrigações tributárias estaduais	7.148	1.736
Total de tributos a recolher	20.288	4.497

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

20. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

(a) Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis são suficientes para cobrir eventuais perdas classificadas em um primeiro momento como prováveis. A Administração acredita baseada na opinião de seus consultores jurídicos, que as provisões são suficientes para cobrir as perdas prováveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão impactos significativos na posição econômico-financeira da Companhia, conforme apresentado a seguir:

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 1º de janeiro de 2020	4.105	8.438	4.010	16.553
Atualização monetária	84	682	74	840
Constituição	250	1.248	-	1.498
Reversão	(853)	(744)	-	(1.597)
Pagamentos	(548)	(229)	(317)	(1.094)
Em 31 de dezembro de 2020	3.038	9.395	3.767	16.200

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 1º de janeiro de 2019	3.189	11.500	4.209	18.898
Atualização monetária	119	664	108	891
Constituição	982	2.796	-	3.778
Reversão	(185)	(4.549)	(3)	(4.737)
Pagamentos	-	(1.973)	(304)	(2.277)
Em 31 de dezembro de 2019	4.105	8.438	4.010	16.553

i) Tributárias

As ações tributárias com perda provável referem-se: escrituração de ICMS, majoração da alíquota de IPTU e diversos.

ii) Trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial. Em todos os casos em que a probabilidade de perda é provável segundo as opiniões dos advogados responsáveis pelos processos as provisões estão integralmente registradas no balanço.

Os processos trabalhistas com perda provável referem-se principalmente a questões relativas a pedidos de responsabilidade subsidiária, doença ocupacional, equiparação salarial e horas extras, sendo que individualmente seus valores não representam risco expressivo para as operações da Companhia.

Os processos cíveis com perda provável referem-se principalmente a demandas decorrentes de questões ambientais e comerciais.

(b) Perdas possíveis

A Companhia está envolvida em outros processos de natureza tributário, trabalhista e cível, que por apresentarem probabilidade de perda possível, na opinião de seus assessores jurídicos, não tem provisão constituída, conforme quadro abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Tributárias	48.127	44.381
Trabalhistas	104.271	96.074
Cíveis	10.399	8.923
Total	162.797	149.378

i) Tributárias

Os passivos tributários em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 48.127 (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 44.381), são constituídos por: (i) compensação de crédito presumido de IPI no montante de R\$ 3.589 (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 4.141); (ii) PIS e COFINS sobre receitas financeiras no montante de R\$5.293 (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 5.214); (iii) contribuição previdenciária de R\$3.816 (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 3.607); (iv) créditos de PIS/COFINS sobre serviços de insumos de R\$ 5.666 (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 5.514); (v) inclusão do ICMS na base de cálculo do AFRMM de importação de R\$ 4.927 (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 4.834) e (vi) demais processos no montante de R\$ 24.836 (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 19.301).

ii) Trabalhistas e cíveis

Os passivos trabalhistas e cíveis no valor de R\$ 114.670 (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 104.997) referem-se a danos morais, horas extras e subsidiariedade em relação a terceiros. Os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais, materiais e ambientais.

(c) Ativos contingentes

A Companhia está discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber. Estes processos são classificados, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, segundo suas possibilidades de ganho como provável, possível ou remoto. Como se trata de ativos contingentes, os valores a seguir não estão registrados nas demonstrações contábeis.

O quadro a seguir apresenta os principais processos ativos da Companhia considerados como sendo de expectativa de ganho provável:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Tributário		
IRPJ/Pedido de Revisão (PERC)	-	18.912
Crédito prêmio de IPI	52.020	-
Substituição tributária do ICMS	45.934	-
Outros tributários de valor inferior a R\$ 10 milhões	8.466	7.046
Total tributário	106.420	25.958
Cível		
Cobrança/execução de títulos extrajudicial	-	16.069
Outros cíveis de valor inferior a R\$ 10 milhões	-	54
Total cível	-	16.123

21. Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2020, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 103.057 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 103.057), dividido em 31.485.170 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 14.518.150 ordinárias e 16.967.020 preferenciais sem direito a voto (31 de dezembro de 2019 - 31.485.170 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 14.518.150 ordinárias e 16.967.020 preferenciais sem direito a voto).

(b) Características das ações

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm as seguintes características:

- (i) Prioridade, em relação às ações ordinárias, no recebimento do dividendo obrigatório;
- (ii) Dividendo, por ação preferencial, nunca inferior ao que for atribuído a cada ação ordinária;
- (iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e lucros;
- (iv) Prioridade, em relação às ações ordinárias, no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia;

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- (v) Direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a que lhes assegure preço unitário igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle;
- (vi) Dividendo prioritário mínimo, anual e não cumulativo, de R\$ 2,00 por mil ações, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento.

(c) Ações em tesouraria

A Companhia possui 784.070 ações em tesouraria, com valor unitário de R\$ 18,99, sendo 189.383 ações ordinárias e 597.687 ações preferencias, totalizando 2,49% do capital social de seu capital.

(d) Reserva de capital

Constituída com os créditos decorrentes do incentivo fiscal de redução do imposto de renda e do FINOR contabilizados diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2020, é de R\$8.326 (R\$ 8.326 em 31 de dezembro de 2019).

(e) Reserva de lucros

A reserva de lucros é constituída pelas reservas:

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 11.822 (R\$ 7.602 em 31 de dezembro de 2019).

(ii) Reserva especial

Constituída com o saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos e têm as seguintes finalidades: a) exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas; b) futuras incorporações desses recursos ao capital social; c) pagamento de dividendos intermediários distribuíveis por deliberação do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dessa reserva soma o valor de R\$ 160.793 (R\$ 93.426 em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Reserva incentivo fiscal

Constituída com os créditos decorrentes do incentivo fiscal de redução do imposto de renda e do programa Desenvolve Bahia contabilizados no resultado do exercício que posteriormente são transferidos para a reserva de incentivo fiscal e excluídos da apuração da base de cálculo do dividendo, pois na forma da legislação fiscal vigente não podem ser distribuídos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dessa reserva é de R\$ 26.033 (R\$ 20.716 em 31 de dezembro de 2019).

(f) Dividendos propostos

Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, importância equivalente a 25% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal. O cálculo dos dividendos está demonstrado na Nota nº 29.

22. Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida está demonstrada no quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receita bruta de vendas	1.315.409	1.270.337
Mercado interno	1.215.563	1.202.220
Mercado externo	99.846	68.117
Tributos sobre vendas (IPI, ICMS, PIS, COFINS)	(268.714)	(263.897)
Receita líquida de vendas	1.046.695	1.006.440

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

23. Despesas por natureza

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Matérias-primas e materiais de consumo	767.561	794.181
Remuneração, encargos e benefícios a empregados	78.294	80.817
Despesas variáveis de vendas	43.882	43.176
Depreciação e amortização	20.084	17.603
Créditos PIS e COFINS sobre depreciação	(1.402)	(1.043)
Despesas com manutenção	8.751	9.781
Serviços prestados por terceiros	14.189	15.009
Participação nos resultados	12.639	4.140
Outras despesas	21.732	22.563
Total	965.730	986.227
Custo dos produtos vendidos	862.816	884.395
Despesas com vendas	43.882	43.176
Despesas gerais e administrativas	59.032	58.656
Total	965.730	986.227

24. Outras receitas e (despesas) líquidas

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Reversões (provisões) tributárias líquidas	1.067	(915)
Reversões (provisões) trabalhistas líquidas	(4.499)	609
Reversões (provisões) cíveis e ambientais líquidas	243	199
Reversões (provisões) para perdas nos estoques	301	192
Projetos e pesquisas	(1.166)	(569)
Créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de matérias primas (¹)	13.624	15.176
Homologação de créditos tributários (²)	3.586	26.301
Reversões (provisões) para créditos de liquidação duvidosa	989	(1.019)
Alienação e baixa de ativo imobilizado (líquido)	16.623	(230)
Outras despesas	(4.692)	(5.649)
Total outras receitas (despesas) líquidas	26.076	34.095

- (¹) Referente a Lei 12.859 de 10 de setembro de 2013, que concedeu incentivos tributários à indústria química, por meio de crédito presumido e da redução das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS sobre aquisições de matérias-primas;
- (²) Exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS - A Companhia possui ação judicial transitado em julgado favorável em 2019 e reconheceu o valor principal deste direito de compensar os valores indevidamente recolhidos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

25. Receitas e (despesas) financeiras

O resultado financeiro é constituído das seguintes despesas e receitas financeiras:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.399	3.747
Juros e descontos obtidos	5.638	3.468
Juros Selic homologação de créditos tributário (*)	1.609	20.731
Reversão do ajuste a valor presente	699	580
Outras	382	247
Total receitas financeiras	10.727	28.773
Despesas financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(11.298)	(14.847)
Outras	(4.287)	(5.467)
Total despesas financeiras	(15.585)	(20.314)
Variação cambial		
Variação cambial ativa	25.274	10.633
Variação cambial passiva	(23.160)	(11.905)
Operações com <i>hedge</i>	-	(433)
Total variação cambial	2.114	(1.705)
Resultado financeiro líquido	(2.744)	6.754

Os montantes acima estão demonstrados na rubrica de receitas (despesas) financeiras da demonstração do resultado do exercício.

- (*) Exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS de R\$ 19.393 mil em 2019 - A Companhia possui ação judicial transitado em julgado favorável em 2019 e reconheceu os juros Selic deste direito de compensar os valores indevidamente recolhidos e complemento de R\$ 1.338 mil da contribuição previdenciária HRA em 2019.

26. Imposto de Renda e Contribuição Social

Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Composição da despesa de IRPJ e CSLL		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	103.618	58.948
(-) Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	(47.075)	(546)
Imposto de renda e contribuição social alíquota de 34%	(27.234)	(19.993)
Adições e exclusões permanentes	(2.813)	(2.912)
Adições e exclusões temporárias	7.727	18.505
Juros sobre capital próprio	3.663	3.909
PAT (programa de alimentação ao trabalhador)	656	43
Incentivo fiscal de redução do IRPJ calculado pelo lucro da exploração	4.092	333
Total	(13.909)	(115)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(13.909)	(115)

27. Informações por segmento de negócios

A Administração, adotando os princípios apresentados pelo pronunciamento que trata das Informações por Segmento, definiu os segmentos operacionais reportáveis da Companhia com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Administração, a qual é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas. Assim, estes foram segmentados em dois grandes grupos de produtos: Orgânicos e Inorgânicos, que apresentam características distintas em relação aos seus mercados.

Produtos orgânicos – incluem os Oxo-alcoóis, Anidridos Ftálico e Maleico, Plastificantes, Resinas de Poliéster Insaturado, Formol, Concentrado Uréia-formol e Ácido Fumárico.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Produtos inorgânicos - incluem o Ácido Sulfúrico e algumas atividades de revenda.

Em 31 de dezembro de 2020

	Produtos orgânicos	Produtos inorgânicos	Corporação	Total Companhia
Receita líquida	860.946	185.749	-	1.046.695
CPV	(755.180)	(107.636)	-	(862.816)
Lucro bruto	105.766	78.113	-	183.879
Despesas com vendas	(28.847)	(15.035)	-	(43.882)
Despesas Administrativas e outras	-	-	(32.956)	(32.956)
Resultado financeiro	-	-	(2.744)	(2.744)
Participação nos lucros (prejuízos) de <i>joint venture</i>	-	-	(679)	(679)
Impostos sobre o Lucro	-	-	(13.909)	(13.909)
Lucro líquido	76.919	63.078	(50.288)	89.709

Em 31 de dezembro de 2019

	Produtos orgânicos	Produtos inorgânicos	Corporação	Total Companhia
Receita líquida	887.737	118.703	-	1.006.440
CPV	(808.491)	(75.904)	-	(884.395)
Lucro bruto	79.246	42.799	-	122.045
Despesas com vendas	(29.223)	(13.953)	-	(43.176)
Despesas Administrativas e outras	-	-	(24.561)	(24.561)
Resultado financeiro	-	-	6.754	6.754
Participação nos lucros (prejuízos) de <i>joint venture</i>	-	-	(2.114)	(2.114)
Impostos sobre o Lucro	-	-	(115)	(115)
Lucro líquido	50.023	28.846	(20.036)	58.833

A Companhia optou por não apresentar o lucro, ativos e passivos separadamente para cada um dos segmentos operacionais em que atua, visto que os mesmos compartilham a estrutura de custos indiretos, despesas administrativas e de vendas.

28. Lucro por ação

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Lucro líquido atribuível aos acionistas	89.709	58.833
Total de ações (milhares)	31.485	31.485
Lucro líquido por ação em (R\$) – básico e diluído	2,85	1,87

Nos exercícios apresentados não havia instrumentos conversíveis ou outras obrigações com potencial de diluição da quantidade de ações em circulação.

29. Dividendos

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	31 de dezembro 2020
Lucro líquido do exercício	89.709
(-) Incentivo fiscal de redução de IRPJ reconhecido no resultado	(4.092)
(-) Incentivo fiscal do programa Desenvolve Bahia	(1.225)
(-) Reserva legal (5%)	(4.220)
(=) Base de cálculo	80.172
Juros sobre o capital próprio	10.773
Total de dividendos	10.773

A reunião do Conselho de Administração, em 17 de dezembro de 2020, deliberou “ad referendum” da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 10.773 por conta do dividendo obrigatório do exercício de 2020.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

30. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia não possui nenhuma operação comercial e financeira com as empresas do controlador Kilimanjaro Brasil Partners I B – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior.

Em 2018 a Companhia assinou um contrato de crédito rotativo com sua joint venture, Nexoleum Bioderivados S.A., que atingiu o valor de R\$ 1.987. Em junho de 2019, a Companhia assinou um contrato de empréstimo com os sócios da joint venture no valor de R\$ 1.500, e remuneração a taxa de 125% da CDI.

Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros eleitos em Assembleia Geral Ordinária e os diretores estatutários. A remuneração dos administradores é composta por honorários fixos, participações nos resultados e benefícios. Os montantes incorridos estão integralmente registrados no resultado do exercício nos montantes abaixo detalhados:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Diretoria	11.174	6.645
- Honorários	3.090	2.820
- Participação nos lucros	6.420	2.291
- Encargos sociais (INSS e FGTS)	896	790
- Benefícios de curto prazo	204	206
- Benefícios pós-emprego	564	538
Conselho de Administração	71	-
- Honorários	60	-
- Encargos sociais (INSS)	11	-
- Benefícios pós-emprego	-	-

31. Benefícios a empregados**Plano de contribuição definida - previdência privada**

A Elekeiroz S.A. oferece a todos os seus colaboradores a participação em um plano de previdência do tipo contribuição definida (Plano PAI-CD). Devido à transferência do controle acionário da Companhia do grupo Itaúsa para o Fundo Kilimanjaro, foi solicitada junto à PREVIC o encerramento da solidariedade entre a Elekeiroz S.A. e as Companhias que compõe a Fundação Itaúsa Industrial, o que acarretou a transferência do fundo de previdência privada dos funcionários que era administrado pela Fundação Itaúsa Industrial, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos da qual a Companhia foi uma das patrocinadoras. Em 01 de dezembro de 2020 o plano passou a ser administrado pela Icatu Fundo Multipatrocinado com a Companhia sendo uma das patrocinadoras do plano. Pela natureza do plano, não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes do mesmo. O regulamento vigente prevê a participação dos funcionários do percentual entre 1% a 10% do salário, sendo que a patrocinadora contribui com 100% do montante aportado pelos funcionários, tendo resultado em contribuições de R\$ 2.933 até 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.510 em 31 de dezembro de 2019).

32. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros e riscos diversos para os bens do imobilizado é de R\$ 2.885.837 (R\$ 1.686.034 em 31 de dezembro de 2019).

33. Conciliação EBITDA x EBITDA Ajustado

Conforme demonstrado no quadro abaixo, a Companhia calcula o EBITDA como sendo o lucro ou prejuízo líquido antes do resultado financeiro líquido, Imposto de Renda e Contribuição Social, depreciação e amortização, sendo uma medida normalmente utilizada por investidores e analistas de mercado. A administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais apropriado para analisar o desempenho econômico-operacional da Companhia em uma base comparativa, sem que esteja afetado por itens não recorrentes.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado, não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas IFRSs, não representando o fluxo de caixa para os períodos indicados e não devem ser considerados como indicadores de desempenho operacional ou como substitutos para o fluxo de caixa como forma de medir a liquidez.

O EBITDA Ajustado não tem um significado padrão e o cálculo do EBITDA Ajustado da Companhia pode não ser comparável ao EBITDA ou ao EBITDA Ajustado de outras Companhias:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	Var. %
Lucro líquido	89.709	58.833	
Impostos sobre o lucro	13.909	115	
Depreciação e amortização	20.720	18.239	
Resultado financeiro líquido	2.744	(6.754)	
(=) EBITDA	127.082	70.433	80,43%
Habilitação de créditos tributários	(2.543)	(22.044)	
Premiação anos anteriores	1.366	-	
Alienação de imóveis	(15.510)	-	
Baixa equipamentos desativados	473	-	
Amortização IFRS16	(352)	(254)	
(=) EBITDA ajustado	110.516	48.135	129,60%



**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Diretoria

Diretor Presidente

Marcos Antonio De Marchi

Diretores

Ricardo Craveiro Massari

Elder Antonio Martini

Ricardo Garcia de Souza

Paulo de Tarso A. Araújo Sobrinho

Djalma Roberto Zillo

Contador

CRC 1SP 244668/O-1